

# **Planejamento governamental e capital intelectual: análise do plano plurianual dos governos estaduais brasileiros**

**Leonardo Souza Vilela** (UFC) - lsvilela@hotmail.com

**Marcos Antonio Seixas Melo** (UFC) - melo.marcos75@gmail.com

**Maria da Gloria Arrais Peter** (UFC) - gloria@arrais.com

**Alexandre Oliveira Lima** (UNILAB) - alexandrelima@unilab.edu.br

**Cicero Philip Soares do Nascimento** (UFC) - philip\_nascimento@yahoo.com.br

## **Resumo:**

*As alterações constantes que afetam o mercado exigem das organizações a necessidade de investir cada vez mais nos seus recursos intangíveis, acrescentando em seu capital o conhecimento, originado através do investimento em capital humano qualificado. Assim, o objetivo deste artigo é investigar, por meio dos Planos Plurianuais (PPAs), o comprometimento dos governos estaduais brasileiros, com a formação do capital intelectual. Trata-se de um estudo exploratório, de caráter descritivo, tendo como principal estratégia a pesquisa documental nos Planos Plurianuais (2012-2015) de 26 governos, dos quais em 18 foi possível identificar dados compatíveis com o proposto nesta pesquisa. Os resultados sinalizam que a região nordeste apresentou o maior número de programas (48), porém o seu investimento alocado está atrás das regiões sudeste e sul, respectivamente. O estado de São Paulo apresentou o maior investimento em CI (R\$ 1,1 bilhão) e o estado do Acre possui a menor alocação de recursos (R\$ 5.4 milhões). Conclui-se que o comprometimento dos governos dos estados brasileiros com o CI ainda é baixo, necessitando despertar para a questão, a fim de que o processamento de informações e a tomada de decisões acertadas contribuam para a longevidade da organização e possibilite melhores condições ao serviço prestado à sociedade.*

**Palavras-chave:** *Capital Intelectual. Plano Plurianual. Estados Brasileiros*

**Área temática:** *Abordagens contemporâneas de custos*

## **Planejamento governamental e capital intelectual: análise do plano plurianual dos governos estaduais brasileiros**

### **Resumo**

As alterações constantes que afetam o mercado exigem das organizações a necessidade de investir cada vez mais nos seus recursos intangíveis, acrescentando em seu capital o conhecimento, originado através do investimento em capital humano qualificado. Assim, o objetivo deste artigo é investigar, por meio dos Planos Plurianuais (PPAs), o comprometimento dos governos estaduais brasileiros, com a formação do capital intelectual. Trata-se de um estudo exploratório, de caráter descritivo, tendo como principal estratégia a pesquisa documental nos Planos Plurianuais (2012-2015) de 26 governos, dos quais em 18 foi possível identificar dados compatíveis com o proposto nesta pesquisa. Os resultados sinalizam que a região nordeste apresentou o maior número de programas (48), porém o seu investimento alocado está atrás das regiões sudeste e sul, respectivamente. O estado de São Paulo apresentou o maior investimento em CI (R\$ 1,1 bilhão) e o estado do Acre possui a menor alocação de recursos (R\$ 5.4 milhões). Conclui-se que o comprometimento dos governos dos estados brasileiros com o CI ainda é baixo, necessitando despertar para a questão, a fim de que o processamento de informações e a tomada de decisões acertadas contribuam para a longevidade da organização e possibilite melhores condições ao serviço prestado à sociedade.

Palavras-Chave: Capital Intelectual. Plano Plurianual. Estados Brasileiros.

Área Temática: Abordagens contemporâneas de custos.

### **1 Introdução**

A economia mundial e sociedade civil organizada, por intermédio do avanço da tecnologia da informação e dos recursos intelectuais, estão experimentando profundas transformações, especialmente no que tange a criação de uma interdependência entre os mercados e países, uma expansão no setor de serviços além de um crescimento e sofisticação dos mercados financeiros.

Assim, uma visão empresarial moderna se volta para a era do conhecimento e solicita das organizações uma mudança perceptual, com incremento da qualidade, produtividade e competitividade a partir de um processo de planejamento que envolve a incorporação, manutenção, desenvolvimento e retenção das pessoas e do conhecimento que estas acumulam.

Para sobreviver e ter sucesso nesse ambiente crescentemente competitivo e agressivo, as organizações precisam aprender continuamente e o conhecimento é fator fundamental nesse processo, assim, de nada adianta ativos materiais de alta tecnologia se as pessoas não tiverem o domínio necessário para fazê-los funcionar adequadamente.

Cada vez mais, as organizações adquirem umas as outras exclusivamente por seu capital intelectual, se dispendo a pagar mais do que o seu valor de mercado em virtude do que esperam obter com acréscimo do novo conhecimento ao seu próprio estoque.

Partindo para a gestão pública que já obteve diversos cenários e/ou mecanismos de gestão, a exemplo da forma de governo patrimonialista e burocrática, observa-se que a mesma está centrada na fomentação de um novo modelo de gestão, onde a eficiência e eficácia das ações governamentais estão em primeiro plano. Nessa atual conjuntura, o

capital intelectual passa a ser identificado como uma das variantes para o êxito das ações de governo.

A transparência e participação cada vez mais presente da sociedade contribuem para um processo de reconstrução do setor público, onde a capacitação dos servidores e colaboradores é fundamental para a eficácia e controle sobre a aplicação de verbas ao qual o planejamento governamental se propõe.

Nesse cenário, a presente pesquisa tem como questão orientadora a seguinte: Qual o comprometimento dos governos estaduais brasileiros com a formação do Capital Intelectual identificado nos Planos Plurianuais? Assim, este trabalho tem por objetivo investigar, por meio dos planos plurianuais, o comprometimento dos governos estaduais brasileiros com a formação do capital intelectual.

Delineando o objetivo geral desta pesquisa, foram definidos como objetivos específicos: (1) identificar os programas relacionados à capacitação de servidores; (2) verificar o montante estadual de recursos alocados aos programas identificados no PPA.; (3) identificar as ações que integram os programas relacionados ao CI, presentes no PPA dos respectivos governos.

Quanto aos aspectos metodológicos, trata-se, portanto, de um estudo exploratório, de caráter descritivo, fazendo-se uso da pesquisa documental, com a coleta de dados realizada mediante análise de conteúdo dos documentos que materializaram o PPA dos 26 governos estaduais para o quadriênio 2012-2015.

A importância deste trabalho se faz tanto pela investigação de como os governos estaduais estão investindo suas verbas na formação do capital intelectual, mas também pela comparação que se faz entre os mesmos e as regiões brasileiras, verificando assim a importância dada ao planejamento governamental no âmbito federal.

O trabalho foi organizado em seis seções, incluindo a presente introdução que apresentou uma breve contextualização do tema, o problema de pesquisa e os objetivos do estudo; a segunda e terceira seções abordam o tema capital intelectual e planejamento na administração pública estadual; a quarta seção trata da metodologia de pesquisa e a quinta dos resultados alcançados. Ao final, encontram-se as principais conclusões do trabalho.

## **2 Referencial Teórico**

### **2.1. O Capital Intelectual**

O crescimento econômico de países, hoje considerados de primeiro mundo deve-se, principalmente, no investimento em desenvolvimento humano. O país que privilegiar o crescimento econômico em detrimento do desenvolvimento humano, conforme mostra a história, tem grande chances de fracassar, foi o que concluíram 3 pesquisadores da Universidade de Yale, Gustav Ranis, Frances Stewart e Alejandro Ramirez, ao analisarem 76 países durante um período de 32 anos com o propósito de identificar a correlação existente entre crescimento econômico e o desenvolvimento humano. O desenvolvimento humano é medido através dos indicadores de educação e saúde.

Segundo os pesquisadores citados anteriormente, pode-se obter duas dimensões de equilíbrio: quando o desenvolvimento econômico e o humano são igualmente altos ou baixos. Também se pode obter duas dimensões de desequilíbrio: quando o econômico é alto e o humano é baixo, ou vice-versa.

No entanto, as situações de desequilíbrio tendem a durar pouco, pois, se um país tem elevado crescimento econômico e pouco capital humano tende a parar de crescer. A história mostra que o crescimento econômico sem investimento em capital humano não é sustentável.

Entretanto, de acordo com Ranis, Stewart e Ramirez (1998, p. 199) os países que montaram suas estratégias privilegiando o lado humano, em relação ao aspecto econômico

tiveram resultados satisfatórios. Um terço chegou ao nível de alta renda e alto nível humano; um terço continuou com um lado mais desenvolvido que o outro e apenas um terço regrediu para o fim trágico do baixo crescimento e baixo capital humano.

Ainda de acordo com Ranis, Stewart e Ramirez (1998, p. 199) o Produto Interno Bruto (PIB) deve alimentar o desenvolvimento humano e formar, dependendo de alguns fatores como distribuição de renda e capital social, um ciclo virtuoso ou um ciclo vicioso.

Entretanto, é necessário esclarecer que o investimento em educação é importante, mas não suficiente. De acordo com Menezes-Filho (2001, Cunha, 2007, p. 12) “[...] o investimento em capital humano é responsável por grande parte das diferenças de produtividade entre os países.”. Entretanto, Pinho (1976, Cunha, 2007, p. 12) informa que, pela importância que o fator humano vem adquirindo no desenvolvimento econômico e social, devem ser abordados pelo menos três de seus aspectos, conforme Quadro 1.

<b>Abordagens do capital humano</b>	<b>Formas de realização</b>
Desenvolvimento	Formação do capital humano dentro do país;
	Especialização e treinamento de capital humano no exterior;
	Contribuição de capital humano externo;
Conservação	Melhoria dos níveis de vida individual e coletiva;
	Políticas demográficas oriundas de estudos das relações força de trabalho X crescimento demográfico;
	Evitar a emigração de capital humano qualificado;
Utilização	Criação de estímulos.

Fonte: Cunha, (2007, p. 13)

Quadro 1 – Abordagens e formas de realizações do capital humano

De acordo com o exposto no Quadro 1, acredita-se que o capital humano no Brasil, há alguns anos, vem se especializando no exterior pois de acordo com Cunha (VELLOSO, 2002, p. 39) até meados da década de 1980, mais de 40% dos títulos dos doutores brasileiros haviam sido obtidos em uma instituição estrangeira. Na segunda metade dos anos 1990, apenas 20% deles foram obtidos na mesma origem. Significa, portanto, que o momento é de disseminação desse conhecimento adquirido, através de realização de pesquisas e formação de programas de pós-graduação *stricto sensu*.

Outro fator a ser considerado é a conservação desse pessoal no país, através da melhoria do nível de vida da população e diminuição da violência, por exemplo, como forma de tornar atrativa a permanência no país.

O fator utilização, um dos mais importantes, significa que o indivíduo especializado e treinado deve ser valorizado como profissional e suas ações devem ser reconhecidas como estratégicas para o desenvolvimento do país.

A teoria do capital humano, desenvolvida pelo economista Theodore Schultz (1961) a partir da observação do crescimento do Japão e Alemanha após a II Guerra Mundial, comparados com o Reino Unido que ainda havia racionamento de alimentos mesmo depois da guerra. Schultz concluiu que a velocidade de recuperação se devia a uma população saudável e altamente educada. Segundo ele, a educação torna as pessoas produtivas e a boa atenção à saúde aumenta o retorno do investimento em educação. Assim, introduziu a idéia de "capital educacional" relacionando-o especificamente aos investimentos em educação.

De acordo com Schultz (1961), a teoria do capital humano baseia-se na suposição de que a educação formal é necessária para melhorar a capacidade de produção de uma população. Em suma, os teóricos do capital humano argumentam que uma população instruída é uma população produtiva.

A partir dessa época, pós guerra, a educação passou a se vista, de acordo com Paiva (2001, p. 186) como o motor das etapas do crescimento econômico e do atendimento aos planos de desenvolvimento socialista.

A *Organisation for Economic Co-Operation and Development* (OECD), entidade que busca analisar o retorno econômico do investimento em educação, o desemprego de longa duração e sua relação com o nível educacional dos indivíduos e os investimentos feitos em educação pelos governos dos países desenvolvidos.

A OECD - 2009 *Edition (Findings*, p. 1) revela que, considerando o atual cenário de recessão econômica caracterizado pela restrição dos recursos, mas também por uma elevada necessidade de investimentos em capital humano, ou seja, o investimento em educação é necessário sempre, mesmo em momentos de crise ou recessão.

De acordo com o OECD *Indicators – 2007 Edition (Executive Summary*, p. 6), nos países desenvolvidos e participantes da pesquisa, indivíduos com diploma universitário e de avançado nível de ensino e pesquisa, tiveram ganhos pelo menos 50% superiores aos indivíduos que possuíam apenas nível secundário de escolaridade. Ainda de acordo com o OECD *Indicators – 2007 Edition (Executive Summary*, p. 6-7), os países desenvolvidos incentivam a entrada de filhos de operários no nível superior. Como há o declínio dos empregos não qualificados, há o temor que esses jovens tornem-se um fardo social crescente e que nivelar o nível de educação entre ricos e menos ricos não é apenas uma questão de igualdade, é também uma forma ampliar o campo de recrutamento para empregos altamente qualificados e aumentar a competitividade global.

Então, pode-se concluir que, tanto para o indivíduo, quando se trata do aumento do salário, quanto para a sociedade, quando se trata do aumento da competitividade do mercado nacional, o aumento do nível educacional pode trazer benefícios.

O panorama da educação no Brasil, revelado pelo relatório de *Education at a Glance – 2008 Edition (OECD Briefing Note for Brazil*, p. 2) traz que o governo é o maior financiador da educação, mas que a iniciativa privada deve e tem investido mais, pois compartilha dos custos e responsabilidades e também dos benefícios trazidos através do aumento da competitividade das empresas.

A teoria do capital humano preconiza que o investimento em educação influencia positivamente no desenvolvimento profissional e social do indivíduo. Entretanto a teoria afirma que, diretamente, não há a relação entre investimento em educação e aumento da competitividade do país. Acredita-se que isso é uma consequência.

A administração pública brasileira tenta inserir-se na era do capital intelectual. A crescente importância do conhecimento na corrida competitiva traz a gestão deste recurso para a pauta estratégica das organizações e a inserção deste tópico na agenda da alta administração se dá pela necessidade do delineamento de uma verdadeira estratégia de conhecimento para a organização.

A nova realidade organizacional na gestão pública e a busca constante por resultados exigem a criação de um ambiente corporativo que permita a disseminação e o compartilhamento de informações e conhecimentos, de modo que os serviços prestados pelo setor público sejam tão eficientes e eficazes quanto na iniciativa privada.

Essa busca de excelência em prestação de serviços, aliadas ao sucesso almejado dos planos e anseios de uma gestão, geram a necessidade de um ambiente para criação e troca de conhecimentos, caracterizando-se principalmente a valorização dos servidores/colaboradores, onde se inclui nesse processo a cultura do ambiente de trabalho, o reconhecimento das habilidades e competências e a facilitação dos relacionamentos, criando-se desta forma um novo senso organizacional que possibilite as interações, o envolvimento e o comprometimento das pessoas com o objetivo estratégico de suas organizações.

As instituições públicas sentem a necessidade desta transformação, pois sua estrutura vem sendo modificada, passando de um modelo hierárquico-burocrático centralizado para um conceito de trabalho em grupo, descentralizado, possibilitando a inter-relação de pessoas, processos e sistemas. As características desta estrutura estimulam no processo de criação e inovação, valorizando as competências múltiplas das pessoas, incentivando a criação de comunidades de práticas, extrapolando inclusive os limites da própria organização abrindo espaços para troca de conhecimentos.

Senge (1992) afirma que as organizações só aprendem através de indivíduos que aprendem. O autor defende que o aprendizado individual não garante o aprendizado organizacional, mas sem o primeiro não há como ocorrer o segundo. A partir desta premissa, o autor apresenta um modelo para o processo de aprendizagem, composto por cinco disciplinas fundamentais: o domínio pessoal, por meio do qual as pessoas passam a compreender profundamente seus objetivos e suas pretensões individuais; modelos mentais, por meio dos quais os indivíduos interpretam o mundo, a organização e suas atividades; o objetivo comum, que fomenta a aprendizagem global pela aceitação individual do objetivo como legítimo; a aprendizagem em grupo; e o raciocínio sistêmico, tendo no pensamento holístico sua base de sustentação.

A competitividade passou a ser determinada pelas idéias, experiências, descobertas e especializações que conseguem gerar e difundir informações e conhecimentos. Evidentemente, novos conhecimentos não são criados nas organizações a partir do nada. Pelo contrário, não se pode desprezar a grande importância do processo de acúmulo e integração de conhecimentos já existentes, sendo reforçado pela crescente complexidade do conhecimento envolvido nos produtos e processos organizacionais.

O capital intelectual pode ser uma nova teoria, mas, na prática, está presente há anos como uma forma de bom senso, nem sempre atribuindo valor a curto prazo. Segundo Edvinsson e Malone (1998, p.10), “o capital intelectual, em especial, valoriza atividades como a lealdade dos clientes ou o desenvolvimento da competência dos empregados, que podem não contribuir na lucratividade de uma empresa durante anos.”

O CI constitui informação suplementar e não subordinada às informações financeiras, sendo, portanto, um capital não-financeiro, que representa a lacuna oculta entre o valor de mercado e o valor contábil, ou seja, é nomeado como passivo no balanço patrimonial da organização.

Portanto, o capital intelectual é a posse de conhecimento, experiência aplicada, tecnologia organizacional, relacionamento com clientes e habilidades profissionais que proporcionem à organização uma vantagem competitiva no mercado. De fato, sob um determinado ponto de vista, pode ser dito que o estudo do CI é, na realidade, a procura de maneiras para captar, elucidar e alavancar de forma sistemática as informações subjetivas, semi-ocultas, sobre uma empresa, que encontram escondidas nas notas explicativas do balanço patrimonial.

Assim, o novo modelo de gestão não admite que o processo evolutivo das organizações permaneça atrelado a um passado recente, conservador e retrógrado, uma vez que o segredo para o sucesso das organizações sejam elas públicas ou não, se resume em transformar o conhecimento dos seus colaboradores em conhecimento organizacional. A importância e o investimento em capital intelectual passam a fazer parte do planejamento estratégico do poder público, evidenciando definitivamente a gestão do conhecimento como ferramentas em constante evolução.

## **2.2 Planejamento na Administração Pública**

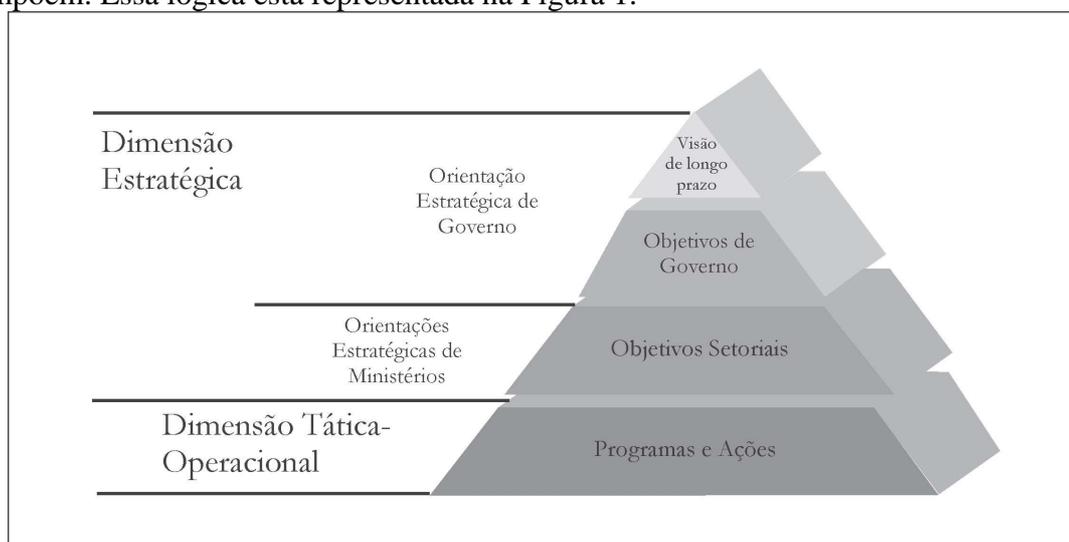
Para Matias-Pereira (2009) o ato de planejar pode ser entendido como o esforço que se faz para antecipar o futuro. De maneira mais precisa, o autor ainda define o

planejamento como um conjunto de ações interligadas e complementares, realizadas nas diferentes instâncias da organização governamental, com vista no atendimento de determinados objetivos. Na visão de Matus (1993), o planejamento pode ser classificado em: Planejamento Normativo Tradicional (PNT); e Planejamento Estratégico Situacional (PES). Oliveira (2007) conceitua o planejamento estratégico como o processo de responsabilidade da entidade, devendo esta assegurar a sustentação metodológica para que se estabeleça a melhor direção a ser seguida, objetivando, desta forma, a otimização do nível de interação com fatores externos e atuando de forma inovadora e diferenciada.

No contexto governamental, Segundo Matus (1993), as práticas do Estado no sentido de planejar o direcionamento de suas ações vão além da simples produção econômica, pois alcançam um sentido mais amplo que este, e envolvem diversos aspectos da vida social da população. A promoção do bem estar social requer uma percepção mais precisa do ambiente gerenciado pela Administração Pública, através da identificação das problemáticas e demandas da população.

De acordo com Matias-Pereira (2009) o planejamento governamental deve ser compreendido como uma imposição constitucional, uma vez que o Estado tem como função primordial o planejamento como instrumento de atendimento às demandas sociais, através de sua observação e, posteriormente, transformação em planos, a fim de viabilizar o alcance dos objetivos inicialmente estipulados. Matias-Pereira (2009) destaca, ainda, que cabe ao Estado a viabilização do funcionamento dos serviços públicos que são essenciais à coletividade, através de sua realização, que são priorizados no planejamento.

O planejamento governamental é elaborado com base nos planos e programas da administração pública, norteando a formação do plano geral de governo; os programas gerais, setoriais e regionais, de duração plurianual; orçamento programa anual; e programação financeira de desembolso. A Constituição Federal de 1988, A Constituição Federal, no artigo 165, determinou a obrigatoriedade de elaboração do planejamento, explicitando seus instrumentos: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). De acordo com Paulo (2010), o PPA é formulado por meio do plano de governo, que espelha os compromissos a serem assumidos caso o candidato seja vitorioso. Após a eleição, o plano de governo é a base para a orientação estratégica do governo. Após as orientações estratégicas devem ser definidas as políticas propriamente ditas, que serão materializadas por meio dos programas e ações que os compõem. Essa lógica está representada na Figura 1.



Fonte: Paulo (2010)

Figura 1 - Dimensões Estratégica e Tática-Operacional Governamental

O planejamento governamental, sua execução e o seu controle não só são indispensáveis para a boa condução das finanças públicas, como também são obrigações impostas aos administradores públicos pela legislação vigente.

Neste sentido, a investigação, por meio dos planos plurianuais, acerca do comprometimento dos governos estaduais brasileiros com a formação do capital intelectual, traz a compreensão de como os governos estaduais brasileiros estão empreendendo ações que busquem a capacitação de seu pessoal, com vistas a disponibilizar serviços para a sociedade com melhor qualidade e eficiência.

### 3 Metodologia

De acordo com Marconi e Lakatos (2009), Martins e Theófilo (2007), Beuren (2003) e Richardson (2012), a presente pesquisa pode ser classificada, quanto à natureza, como qualitativa, por se tratar de um estudo com o objetivo de interpretar o fenômeno que observa: o comprometimento dos governos estaduais brasileiros com a formação do capital intelectual, por meio da investigação dos seus Planos Plurianuais.

Do ponto de vista de seus objetivos (GIL, 1991), a pesquisa se classifica como exploratória, pois visa proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses. Além disso, tem como principal característica a informalidade, a flexibilidade e a criatividade, e procura-se obter um primeiro contato com a situação a ser pesquisada ou um melhor conhecimento sobre o objeto em estudo (SAMARA; BARROS, 2002).

Como principal estratégia de pesquisa, fez-se uso da pesquisa documental, por meio de coleta de dados realizada mediante análise de conteúdo dos documentos que materializaram o PPA dos governos estaduais para o quadriênio 2012-2015.

O universo da pesquisa foi constituído dos 26 estados brasileiros, dos quais buscou-se identificar os programas e ações referentes ao capital intelectual, bem como os recursos alocados nessa área. Para a definição da amostra, realizou-se uma análise nos *sites* do Governo de cada Estado, a fim de obter o Plano Plurianual do período de 2012-2015, obtendo um total de 18 estados em que foi possível obter o documento objeto de estudo.

Posteriormente, identificou-se, dentre todos os programas e ações propostos, aqueles relacionados ao capital intelectual. Para tanto, através da técnica qualitativa da análise de conteúdo, buscou-se aqueles que continham em seu texto as palavras “treinamento”, “capacitação”, “educação”, “servidor” e “colaborador”, utilizando, para tanto, a ferramenta de busca do programa em que todos os arquivos foram salvos, o *Adobe reader*.

No decorrer da pesquisa percebeu-se a necessidade de catalogar também as ações de outros planos além das que continham as palavras de busca, assim como alguns foram retirados por não se enquadrarem na proposta da pesquisa.

Assim, análise documental foi orientada pelos seguintes critérios: (a) montante de recursos alocados aos programas e ações de capital intelectual aos servidores; (b) montante de recursos do PPA; (c) quantidade de programas e ações de capital intelectual aos servidores. Realizou-se, também, a separação por região geográfica e calculados parâmetros como média e desvio padrão, entre os estados pesquisados, tanto em relação aos recursos, quanto em relação a quantidade de programas e ações enquadrados na pesquisa.

Os dados foram estruturados em planilha Microsoft Excel®. A análise foi realizada por meio de estatística descritiva, organizados em tabelas e gráficos, apresentados na seção seguinte.

#### 4 Análise dos Resultados

De acordo com a metodologia definida, a proposta dessa pesquisa foi analisar o PPA dos 26 estados brasileiros. Porém os resultados pesquisados se referem a 18 estados, pois 8 não possuíam em seus planos plurianuais, projetos ou informações financeiras que se enquadrassem com a proposta desse trabalho, uma vez que alguns possuíam apenas metas a serem cumpridas, ou seja, informavam apenas porcentagens comparativas com os PPAs de anos anteriores. São estes: Bahia, Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Sergipe, Amapá, Tocantins e Pará.

Inicialmente os dados foram classificados e apresentados por Região, considerando a quantidade de programas contidos nos PPAs, especificando a quantidade de ações voltadas para o Capital Intelectua, destacando-as por estado, conforme Tabela 1.

Tabela 1 – Quantidade de Ações Voltadas ao Capital Intelectual

REGIÃO	ESTADO	QDE. PROGRAMAS NO PPA	QDE. AÇÕES VOLTADAS AO C.I.	TOTAL DE AÇÕES VOLTADAS AO C.I.	%
Norte	Acre	2	2	25	15%
	Amazonas	5	5		
	Rondônia	17	16		
	Roraima	2	2		
Nordeste	Alagoas	2	20	47	29%
	Maranhão	9	12		
	Paraíba	9	12		
	Piauí	3	3		
Sudeste	Espírito Santo	16	5	25	15%
	Minas Gerais	16	15		
	Rio de Janeiro	1	1		
	São Paulo	4	4		
Centro Oeste	Goiás	17	16	41	25%
	Mato Grosso	17	18		
	Mato Grosso do Sul	7	7		
Sul	Paraná	11	5	26	16%
	Rio Grande do Sul	14	15		
	Santa Catarina	6	6		
<b>Total</b>		158	164		100%
<b>Média</b>		8,77	9,11		
<b>Desvio Padrão</b>		6,03	6,29		

Fonte: Dados da pesquisa (2012).

A análise da tabela acima nos mostra que alguns estados possuem mais programas que ações ou vice-versa, o que evidencia a necessidade de uma descrição mais detalhada por parte dos Estados acerca dos seus projetos.

A coluna de programas e ações contidas nos PPAs informa uma homogeneidade entre os dados, com diferenças de 0,34 entre as médias e 0,26 entre os desvios padrões, ou seja, ao analisar, por exemplo, a quantidade de programas e ações por estado com valores abaixo da média, encontra-se dados de 50% e 44,5% respectivamente.

A alocação de recursos dos PPAs às ações voltadas ao capital intelectual dos servidores, nos 18 estados é bastante heterogênea, como pode ser observado pelo alto

desvio padrão calculado, entre os valores pesquisados. Destaca-se o estado de São Paulo, que sozinho concentra 43,6% do valor total dos recursos.

A região com maior número de ações voltadas para o capital intelectual dos servidores é a Região Nordeste com 47 ações, representando 29% do total, seguida pela Região Centro Oeste com 41 ações (25%). As Regiões Sudeste e Norte, ficaram empatadas em último lugar com 25 ações (15%), fato curioso, uma vez que são respectivamente as regiões que financeiramente compreendem o maior e menor valor destinado. Os dados relacionados às ações contidas nos PPAs estão apresentados na Tabela 2, organizados por região, estados, recursos alocados e representatividade.

Tabela 2 – Recursos apresentados no PPAs 2012 – 2015

REGIÃO	ESTADO	RECURSOS (A)	TOTAL DO PPA (B)	% (A/B)
Norte	Acre	5.405.886,16	20,5 bilhões	0,0264%
	Amazonas	11.072.512,00	51,7 bilhões	0,0214%
	Rondônia	52.601.128,00	26,8 bilhões	0,1963%
	Roraima	5.735.971,44	10,4 bilhões	0,0552%
<b>Subtotal</b>		<b>74.815.497,60</b>		
Nordeste	Alagoas	170.273.394,00	6,3 bilhões	2,7028%
	Maranhão	134.473.291,00	5,6 bilhões	2,4013%
	Paraíba	81.636.266,00	25,5 bilhões	0,3201%
	Piauí	8.129.262,00	34,8 bilhões	0,0234%
<b>Subtotal</b>		<b>394.512.213,00</b>		
Sudeste	Espírito Santo	76.048.481,00	45,5 bilhões	0,1671%
	Minas Gerais	211.548.444,00	57 bilhões	0,3711%
	Rio de Janeiro	19.800,00	386 bilhões	0,0000%
	São Paulo	1.115.093.621,00	809,2 bilhões	0,1378%
<b>Subtotal</b>		<b>1.402.710.346,00</b>		
Centro Oeste	Goiás	66.298.000,00	27,1 bilhões	0,2446%
	Mato Grosso	69.472.983,26	54,7 bilhões	0,1270%
	Mato Grosso do Sul	59.007.700,00	46,3 bilhões	0,1274%
<b>Subtotal</b>		<b>194.778.683,26</b>		
Sul	Paraná	340.066.798,00	139,5 bilhões	0,2438%
	Rio Grande do Sul	81.848.772,00	184,3 bilhões	0,0444%
	Santa Catarina	65.353.539,00	102,9 bilhões	0,0635%
<b>Subtotal</b>		<b>487.269.109,00</b>		
<b>Total</b>		<b>2.554.085.848,86</b>		
<b>Nº de estados</b>		<b>18</b>		
<b>Média</b>		<b>141.893.658,27</b>		
<b>Desvio Padrão</b>		<b>257.549.440,28</b>		

Fonte: Dados da Pesquisa (2012).

Com base na Tabela 2, constatou-se que os estados com maior alocação de recursos para ações relacionados com o capital intelectual dos servidores estaduais foram São Paulo (R\$ 1.115.093.621,00), Paraná (R\$ 340.066.798,00), Minas Gerais (R\$ 211.548.444,00) e Alagoas (R\$ 170.273.394,00) e dentre os demais estados, o que apresentou o menor volume de recursos financeiros foi o estado do Acre (R\$ 5.405.886,16).

Se tomarmos por base a região geográfica brasileira, as duas com maior representatividade em termos de alocação financeira foram as regiões: sudeste (R\$ 1.402.710.346,00) e sul (R\$ 487.269.109,00), totalizando juntas 74% do total pesquisado. Foram 165 ações que se enquadraram na pesquisa e a Tabela 3 representa o agrupamento destas ações bem como a quantidade de recursos alocados.

Tabela 3 – Agrupamento das ações e quantidade de recursos alocados

<b>AÇÕES</b>	<b>RECURSOS (R\$)</b>	<b>%</b>
Formação, ampliação, qualificação, valorização e capacitação de servidores em geral	1.997.545.260,83	78,21%
Gestão do desenvolvimento, formação e capacitação de RH	106.764.388,00	4,18%
Fomento e apoio à iniciativas de pesquisas científicas, tecnológicas e inovação	5.069.951,00	0,20%
Promoção do aperfeiçoamento profissional com participação em eventos, programas e cursos de pós-graduação, informática e ensino à distância	395.646.045,03	15,49%
Desenvolvimento organizacional, informatização, modernização e melhoria dos serviços	49.060.204,00	1,92%
<b>TOTAL</b>	<b>2.554.085.848,86</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Dados da Pesquisa (2012).

Observou-se que, dentre todas as ações pesquisadas, algumas merecem destaque pelo seu valor alocado, como o do estado de São Paulo que pretende desenvolver as competências e valorizar os profissionais da educação (R\$ 890.913.643,00), contrastando com o programa do estado do Amazonas que pretende fomentar e apoiar as iniciativas de pesquisas científicas, tecnológicas e inovação dos servidores (R\$ 1.951,00).

Algumas ações merecem destaque, não pelo seu valor alocado, mas por incentivar a melhoria do capital intelectual dos seus servidores, de uma forma não convencional, como o estado de Goiás que irá desenvolver projetos esportivos que estimulem o crescimento profissional do servidor (R\$ 5.068.000,00) e o estado de Mato Grosso que irá desenvolver parcerias de capacitação com Instituições Intergovernamentais (R\$ 1.672.000,00).

## 5 Conclusão

O presente trabalho objetivou investigar, por meio dos Planos Plurianuais, o comprometimento dos governos estaduais brasileiros com o Capital Intelectual.

A pesquisa permitiu verificar que todos os 26 Estados pesquisados, apresentam em seus PPAs investimentos em Capital Intelectual, porém 8 estados (Bahia, Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Sergipe, Amapá, Tocantins e Pará) informaram apenas metas a serem cumpridas, não fazendo parte portanto do proposto pelo presente trabalho.

Quanto aos objetivos específicos, inicialmente foram identificados e evidenciados, neste trabalho, os programas relacionados ao CI, no qual constatou-se que o Estado de Rondônia e Goiás apresentam o maior número de programas 17 cada. No entanto, o Estado de Mato Grosso concentra o maior número de ações (18 ações).

Em relação à alocação de recursos as ações, notou-se que a Região Sudeste tem maior representatividade com cerca de 55% dos recursos estaduais, considerando os 18 estados analisados, mas fica em última colocação juntamente com a região norte no que se refere a quantidade de ações voltadas ao capital intelectual, o que evidencia uma concentração de recursos por ação para esta região.

Desta forma, conclui-se que o comprometimento dos governos estaduais brasileiros com o Capital Intelectual identificado nos Planos Plurianuais é ainda pequeno comparado ao total repassado pelo governo federal a cada Estado, aliado a isto, percebeu-se também a discrepância entre as regiões mais produtivas das menos favorecidas, conforme demonstrado nas tabelas acima.

A falta de uma unanimidade na forma de apresentar os PPAs impossibilitou a pesquisa em todos os governos estaduais, pois nem todos informavam os valores monetários destinados aos programas e ações. O texto explicativo que justificava a relevância da aplicação dos recursos eram muitas vezes confusos e misturavam seus propósitos, assim se fez necessário o esclarecimento junto aos Estados, através de correio eletrônico.

Sugere-se para demais estudos futuros, a avaliação da execução dos PPAs de um determinado período, verificando a inclusão dos programas na Lei Orçamentária Anual (LOA) e/ou a adoção de outros critérios metodológicos que incluam todos os Estados brasileiros comprovando ou refutando a efetividade dos respectivos objetivos propostos.

### **Referências**

BEUREN, Ilse M. (org). **Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade: teoria e prática**. São Paulo:Atlas, 2003.

BRASIL. Constituição (1988) Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988.

CUNHA, J. V. A. **Doutores em Ciências Contábeis da FEA/USP: análise sob a óptica da Teoria do Capital Humano**. São Paulo, 2007. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo – FEA/USP, 2007.

EDVINSSON, L.; MALONE, M. S. **Capital Intelectual: descobrindo o valor real de sua empresa pela identificação de seus valores internos**;  
GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

MATIAS-PEREIRA, José. **Finanças Públicas**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MATUS, Carlos. **Política, planejamento & governo**. Tomos 1 e 2. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 1993.

MARTINS, Gilberto A.; THEÓPHILO Carlos R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

MENEZES-FILHO, N. A. **A evolução da educação no Brasil e seu impacto no mercado de trabalho**. 2001. Disponível em: [http://www.ifb.com.br/arquivos/artigo\\_naercio.pdf](http://www.ifb.com.br/arquivos/artigo_naercio.pdf). Acessado em: 15/11/2010.

SAMARA, Beatriz Santos; BARROS, José Carlos de. **Pesquisa de marketing: conceitos e metodologia**. 3 ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

SENGE, P.M. (1992). **A quinta disciplina**. Rio de Janeiro: Best Seller.

SCHULTZ, Theodore William. **Investment in Human Capital**. The American Economic Review, v. 51, n. 1, p. 1-17, mar. 1961.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT - OECD. **Indicators – 2007 Edition – 2007**. Disponível em <<http://www.oecd.org/dataoecd/60/47/39311361.pdf>> Acessado em: 15/11/2010.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT - OECD. **Education at a Glance – 2008**. Disponível em <<http://www.oecd.org/dataoecd/20/31/41278411.pdf>>. Acessado em 12/10/2010.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT - OECD. **2009 Edition – Findings**. Disponível em <<http://www.oecd.org/dataoecd/1/28/43654482.pdf>> Acessado em 12/10/2010.

PAIVA, V. **Sobre o conceito de Capital Humano**. Cadernos de Pesquisa, n. 113, p. 185-191, julho/2001.

PAULO, L. F. A. O PPA como instrumento de gestão estratégica. Revista do Serviço Público. Brasília. v 61, n. 2, p. 171-187, abr/jan 2010.

RAMIREZ, A., RANIS, G. e STEWART, F. **Economic growth and human development**, Queen Elizabeth House Working Paper Series nº 18, Oxford, October 1998, 56 pgs.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

VELLOSO, J. **A pós-graduação no Brasil: formação e trabalho de mestres e doutores no Brasil**. Brasília: Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2002.